

**AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS COMO RESPOSTAS ÀS QUESTÕES EMERGENTES DA PRÁTICA SOCIAL  
(O CASO DE MINAS GERAIS)**

MARIA APARECIDA DA SILVA

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Olinda Maria Noronha  
Faculdade Educação da UNICAMP  
Data da defesa: 15/12/94

Este artigo é uma síntese da tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP. O trabalho teve por objetivo analisar as principais questões e instituições emergentes da prática dos trabalhadores da educação, em suas lutas sociais, por um lado e, por outro, a assimilação dessas questões e instituições pelos gestores do Estado Restrito, por meio de reformas administrativas e educacionais. Norteou o trabalho o pressuposto de que as reformas administrativas e educacionais são respostas atrasadas à questões levantadas pela prática social. Para o alcance do objetivo, analisei, a partir de fontes primárias e secundárias (I) a eclosão das lutas sociais, de modo específico o movimento dos trabalhadores do ensino, e as questões e instituições emergentes dessas lutas; (II) as reformas administrativas em nível federal e estadual; (III) o movimento de ascensão dos intelectuais progressistas ao poder como gestores do Estado Restrito; (IV) as medidas pedagógicas levadas a efeito pelos intelectuais progressistas no interior do Estado Restrito e (V) as medidas "racionalizadoras" relativas à gestão do pessoal da educação, adotadas na segunda metade da década de 80. Neste trabalho, baseei-me nas formulações de João Bernardo, por situar-se, esse autor, na vertente do pensamento marxista; haver construído uma teorização cujas categorias permitem a análise do capitalismo dos dias atuais - o modelo da mais valia relativa-; elaborar, a partir desse modelo, teorização sobre as transformações do Estado Restrito e do Estado Amplo, ao longo da História; oferecer categorias que possibilitam entender os ciclos que ritmam o desenvolvimento econômico e conceber a "*ação como práxis material e social*". Tomando por base o referencial do autor, introduzi o conceito de ciclo "*intermédio*" de mais-valia relativa, para análise de conjunturas nacionais, dentro de um ciclo longo de mais-valia relativa. A análise dos dados possibilitou concluir que a discussão sobre a organização do trabalho foi uma questão emergente do movimento dos trabalhadores da educação, colada ao surgimento do "novo" sindicalismo, no final da década de 70 e início da década de 80. Após a posse de Tancredo Neves (1983), intelectuais progressistas passam a ocupar cargos de gestão no Estado Restrito. Imbuídos da perspectiva de fazer a mudança de dentro dos aparelhos de

Estado, esses intelectuais elaboram, utilizando a metodologia participativa, um conjunto de propostas administrativas e pedagógicas. Entre essas propostas, privilegiei, para estudo, o desenvolvimento do currículo do 1º grau, a revitalização da Escola Normal e a administração colegiada. Tais propostas, adotadas na primeira fase da "Nova República", assimilaram algumas das questões e instituições do movimento dos trabalhadores da educação e não conflitam com os interesses do capital, seja pela concepção de trabalho que adotam como eixo definidor da proposta de currículo e pela valorização de conteúdos que favorecem a formação básica, seja pela recuperação "*refuncionalizada*" de aspirações dos educadores de participar na gestão do trabalho. Na segunda metade da década de 80 - gestão Newton Cardoso -, um conjunto de medidas "racionalizadoras" relativas à gestão de pessoal é adotado. Tais medidas interferem nas condições de trabalho dos profissionais da educação e nas condições de funcionamento da escola. Infiro que essas medidas, ao constituírem obstáculos, inviabilizaram as propostas pedagógicas. A reivindicação dos professores de eleição direta para diretores foi negada, recuperada e devolvida como "seleção de liderança". No início dos anos 90, é implantado o Programa de Qualidade Total na Educação. Algumas questões são ponto de partida para pesquisas futuras. Como é possível um Programa de Qualidade Total com os professores tendo que recorrer à economia informal para complementar salário e a escola pública funcionando nas mais precárias condições? De que qualidade de Educação trata o Programa de Qualidade Total na Educação? Qual a relação entre as medidas "racionalizadoras" do final da década de 80, o Programa de Qualidade Total do início dos anos 90 e a busca de implementação do chamado "modelo japonês", no Brasil, hoje?

**MENINOS, À MARCHA!  
MENINAS, À SOMBRA!**

**A HISTÓRIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA  
EM BELO HORIZONTE (1897 - 1994)**

EUSTÁQUIA SALVADORA DE SOUSA

Orientadora: Dr<sup>ª</sup> Lúcia Mercês de Avelar  
Instituição: Faculdade de Educação da Universidade de Campinas  
Data da defesa: 20/12/94

A história do ensino da Educação Física, em Belo Horizonte - de 1987 a 1994 - considerou os contextos mineiro e brasileiro e teve como categoria central de análise as relações de gênero. A compreensão do gênero

implicou a inter-relação de símbolos culturais, conceitos normativos, instituições e organizações sociais e da identidade subjetiva dos sujeitos masculinos e femininos. Tendo os credos e as classes sociais como fatores que interferem nas relações de gênero, o estudo contemplou quatro escolas públicas de 1º e 2º Graus e três particulares, sendo duas católicas e uma metodista. Contemplou, ainda, uma escola de Educação Física, buscando compreender as relações de gênero no ensino para o ensino da Educação Física. Os documentos escritos, orais e iconográficos revelaram que a escola vem mantendo a separação e a hierarquização entre homens e mulheres, por meio de diferentes mecanismos. E a Educação Física - ao determinar turmas separadas por sexo, conteúdos diferenciados para homens e mulheres, professor para alunos e professora para alunas e ao caracterizar sexualmente os gestos, entre outras normas - explicita valores sacralizados pelo patrimônio cultural da nossa sociedade. Tais valores são articulados e orientados por um sistema de instituições e organizações o qual inclui, especialmente, o Estado, a Medicina, o Exército, a Igreja Católica, a Família e a Indústria Cultural. A ação pedagógica da Educação Física, contribuindo para a coisificação do corpo, participa da construção social dos sujeitos masculinos e femininos e da castração do sentido de totalidade corpo dos sujeitos - homens e mulheres. A história construída, ao mesmo tempo que mostra sinais de perpetuação das relações de gênero hierarquizadas, com dominação masculina, revela, também, lentas mudanças, nessas mesmas relações, e, ainda, as resistências por elas geradas.

#### **DA AUTONOMIA NEGADA À AUTONOMIA POSSÍVEL**

**Trabalho docente na Escola Pública Capitalista: um estudo a partir da sala de aula.**

SANDRA AZZI

Orientadora: Drª Selma Garrido Pimenta  
Instituição: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo  
Data da defesa: 17/03/95

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que busca uma possível compreensão do trabalho docente na escola pública capitalista. Enquanto atividade historicamente construída, o trabalho docente é aqui analisado a partir do conceito de trabalho humano e suas formas de organização na sociedade capitalista. Tendo o trabalho como categoria central de nosso estudo e, considerando o trabalho docente como expressão da ação desenvolvida pelo professor, na sua inter-relação com os demais elementos do processo de trabalho, partimos da

realidade imediata onde ele ocorre - a sala de aula da escola pública de ensino fundamental: séries iniciais, que se constitui no bojo da sociedade capitalista.

Considerado a partir do cotidiano da sala de aula, o trabalho docente é analisado no entrelaçamento dos dados empíricos com a teoria, de onde emerge a práxis docente como uma possibilidade. Permeando essa reflexão, dois aspectos se destacam: a (des) qualificação docente e o saber pedagógico.

Como síntese possível, verificamos que o professor, na escola pública de ensino fundamental: séries iniciais, detém um controle e uma autonomia, ainda que relativos, em seu processo de trabalho, o que lhe confere uma singularidade própria, decorrente de suas condições pessoais e do contexto em que atua.

#### **CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA TRAMA DA CIDADE: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX.**

CYNTHIA GREIVE VEIGA

Orientadora: Drª Maria Stella Martins Bresciani  
Instituição: Universidade de Campinas  
Data da defesa: 12/08/94

Esta pesquisa tem como objetivo principal desenvolver a tese de que nos pressupostos dos projetos urbanos elaborados no final do século XIX, também estiveram embutidas as premissas de formação e educação do cidadão. Tais premissas podem ser identificadas tanto nas práticas de urbanização e construção das cidades quanto nas práticas escolares.

Para desenvolvimento do argumento central utilizou-se a experiência da construção da capital de Minas Gerais - Belo Horizonte (1894-1897) - como forma de inserir o processo ocorrido no Estado no âmbito de outras reformas nacionais e mundiais.

Dois eixos fundamentais são enfocados neste estudo: o primeiro, em que se procura resgatar o processo de tensão dentro do qual as relações entre cidadania, cidade e educação foram se constituindo. Essa incursão se realizou tanto no aspecto conceitual quanto na concretização e materialização das novas relações sociais e culturais. O segundo eixo discute as formas por meio das quais as premissas elaboradas pelas elites proprietárias - em torno dos estereótipos de homens e mulheres a serem formados para a modernidade urbana e cultural - se conflitavam com a interferência de sujeitos concretos, se fazendo e se formando em diferentes práticas sociais e materiais. O